



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 909

Conde, 10 de maio de 2013.

Preço: R\$ 0,50

CRIADO PELA LEI 156/95.

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

### GABINETE CIVIL

Lei nº 744/2013

Em, 09 de maio de 2013.

#### **CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC), DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE CONDE-PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL aprova e eu, o Prefeito do Município de Conde-PB sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do Município de Conde-PB, diretamente subordinada ao prefeito e a Secretária do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e de anormalidade, em especial as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.

**Art. 2º** - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - *Defesa Civil*: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - *Desastre*: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios;

III - *Situação de emergência*: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;

IV - *Estado de calamidade pública*: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

**Art. 3º** - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimento relativos à proteção e defesa civil.

**Art. 4º** - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) em acordo com o disposto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).

**Art. 5º** - A COMPDEC compor-se-á de:

I – Gabinete do Coordenador;

II – Secretária;

III – Seção de Planejamento e Redução de Desastres;

IV – Seção de Operações.

**§ 1º** - O Coordenador da COMPDEC será nomeado através de Portaria do Chefe do Executivo Municipal.

**§ 2º** - Os demais membros da COMPDEC serão servidores do Poder Executivo Municipal.

**Art. 6º** - Compete à COMPDEC:

I – executar a PNPDEC em âmbito municipal;

II – coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e o Estado;

III – incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

IV – identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

V – promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;

VI – declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII – vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

VIII – organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;

IX – manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

X – mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastres;

XI – realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XII – promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XIII – proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIV – manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil do Município;

XV – estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e

XVI – promover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

**Parágrafo único** – As ações previstas neste artigo poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral.

**Art. 7º** - Compete à COMPDEC, em parceria com a União e o Estado:

I – desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;

II – estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;

III – estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;

IV – estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;

V – oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil; e

VI – fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres.

**Art. 8º** - Para o desempenho do estabelecido nos artigos 6º e 7º, fica atribuída à COMPDEC a competência de Unidade Gestora de Orçamento.

**Parágrafo único** - Compete ao coordenador da COMPDEC em conjunto com o Secretário(a) de Finanças ordenar empenhos e autorizar pagamentos de despesas nos termos dos artigos 58 e 64 da Lei Federal 4.320/64.

**Art. 9º** - Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Conde-PB, presidido pelo Prefeito ou Secretário de Meio Ambiente, com a finalidade de:

I – auxiliar na formação, implementação e execução das ações da COMPDEC;

II – propor normas para implementação de execução da PNPDEC no âmbito municipal;

III – propor procedimentos para atendimento a crianças, adolescentes, gestantes, idosos e pessoas com deficiência em situação de desastre, observada a legislação aplicável; e

IV – acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares de proteção e defesa civil.

**Parágrafo único** - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil contará com representantes de órgãos da União e do Estado sediados no Município, do Poder Executivo Municipal e da sociedade civil organizada, incluindo-se representantes das comunidades atingidas por desastre, e por especialistas de notório saber.

**Art. 10º** - Os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil exercerão suas atividades sem prejuízos das funções que ocupem, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

**Parágrafo único** – A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará nos assentamentos dos respectivos membros, se servidores públicos.

**Art. 11º** - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

**Art. 12º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA

Prefeita Constitucional

Lei nº 745/2013

Em, 09 de maio de 2013.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA  
CIVIL DO MUNICÍPIO DE CONDE-PB –  
COMUDEC-CONDE E DO FUNDO  
MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL –  
FUMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa Civil – COMUDEC, do Município de Conde-PB, órgão consultivo, integrante da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, diretamente vinculado à Secretaria de Meio Ambiente.

**Art. 2º** - A COMUDEC terá as seguintes competências básicas:

I – Avaliar as situações para reconhecimento de estado de calamidade pública ou situação de emergência;

II – Propor a destinação de recursos orçamentários ou de outras fontes internas ou externas, para atender os programas de Defesa Civil;

III – Acompanhar e avaliar as operações de Defesa Civil desencadeadas no Município, bem como propor articulação com órgãos da esfera Estadual e Federal;

IV – Propor a montagem de esquemas básicos de prontidão, requisitando os recursos humanos, tecnológicos, materiais e financeiros, para atendimento das solicitações;

V – Propor a celebração de acordos e convenio com outras Instituições, visando o apoio técnico e financeiro necessário às ações de Defesa Civil; e

IV – Recomendar aos diversos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil, ações prioritárias que possam reduzir os desastres naturais ou provocados pelo homem.

**Art. 3º** - O COMUDEC será constituído pelos seguintes membros:

**I – Representantes dos seguintes órgãos do Poder Executivo Municipal:**

- Secretaria de Município de Ação Social;
- Secretaria de Município de Obras e Serviços;
- Secretaria de Município de Educação;
- Secretaria de Município de Mobilidade Urbana;
- Secretaria de Município de Saúde;
- Secretaria de Município de Meio Ambiente;
- Secretaria de Município de Finanças; e
- Gabinete do Prefeito.

**II – Representantes dos seguintes Órgãos do Governo Estadual:**

- Brigada Militar – BOE (Batalhão de Operações Especiais);
- Batalhão de Polícia Militar da Região;
- Batalhão de Combate a Incêndio;
- Batalhão da Polícia Ambiental;
- CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba;
- DER – Departamento de Estradas e Rodagem;
- EMATER;
- Polícia Civil – Delegacia de Polícia Regional;

**III – Representantes dos seguintes Órgãos do Governo Federal:**

- Ministério da Aeronáutica;
- Ministério do Exército;
- Ministério da Justiça – Superintendência da Polícia Rodoviária Federal;
- Ministério da Justiça – Delegacia da Polícia Federal;
- Universidade Federal da Paraíba – UFPB;
- Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre – DNIT; e
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

**IV – Representantes das seguintes entidades representativas civis:**

- Energisa;
- Cruz Vermelha Brasileira;
- União das Associações Comunitárias – UAC;

**Art. 4º** - O COMUDEC será presidido pelo Prefeito Municipal ou pessoa designada por ele.

**Art. 5º** - O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo os mesmos serem reconduzidos por igual período, não ultrapassando o mandato do Prefeito que os nomeou.

**Art. 6º** - Os membros do conselho não serão remunerados pela função de Conselheiro, sendo a mesma considerada prestação de serviço relevante.

Parágrafo único – A Secretaria do Conselho será exercida pelo Coordenador Municipal da Defesa Civil, cabendo a este promover o apoio logístico necessário ao funcionamento do Conselho.

**Art. 7º** - O colegiado se reunirá quando convocado por seu Presidente ou por solicitação da maioria absoluta de seus membros, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

**Art. 8º** - O Conselho elaborará seu próprio Regulamento Interno.

**Art. 9º** - Fica Criado o **Fundo Municipal de Defesa Civil de Conde-PB – FUMDEC-CONDE**, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente, cujos recursos serão destinados por dotações do Orçamento Municipal, por recursos recolhidos através de transferência ou convênios estabelecidos com o Estado, União, bem como de valores obtidos junto à iniciativa privada, a qualquer título.

**Art. 10º** - O FUMDEC integrará o orçamento do município, facultada a criação de unidade orçamentária, tendo natureza meramente contábil, sendo movimentado através de conta corrente bancária específica para a Fonte de Recurso a ser criada.

**Art. 11º** - A responsabilidade pela gerência, execução, prestação de contas, decorrentes de natureza orçamentária ou não, bem como todas as relativas a inscrição de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto à Secretaria da Receita Federal competirão ao Secretário de Município de Meio Ambiente ou Secretaria de Governo a que estiver vinculado.

**Art. 12º** - O Poder Executivo, em tempo oportuno, providenciará as necessárias adequações na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Plano Plurianual – PPA, com vistas ao atendimento da presente lei.

**Art. 13º** - O objetivo do FUMDEC será de prover recursos para a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC desenvolver ações e serviços públicos de administração, prevenção, socorros, assistência e recuperação, nas seguintes situações:

- Situação de normalidade;
- Estado de necessidade;
- Situação de emergência; e
- Estado de calamidade pública.

**Art. 14º** - As situações referidas no Art. 13º serão identificadas conforme as características e ações abaixo especificadas:

**I – Situação de normalidade** – é aquela reconhecida como o estagio no qual se desenvolvem ações administrativas e preparativas em exercícios e serviços de prevenção e de treinamento ao enfrentamento de desastres, sendo que, neste estagio, as receitas do FUMDEC poderão ser destinadas à aquisição, contratação e terceirização de bens e serviços de:

- Material de expediente, equipamentos de informática, câmara fotográfica, computadores, demais acessórios e outros equipamentos de utilidade afins, bem como a manutenção dos mesmos;
- Material e serviços de divulgação e de orientação às comunidades em geral;
- Cobertura de despesas com execução ou participação em cursos, seminários, palestras, oficinas ou outros eventos do gênero, relacionados ao objetivo do COMDEC;
- Gastos com viaturas leves e pesadas, tratores, retro-escavadeiras, embarcações, aeronaves, produtos de manutenção e abastecimento dos equipamentos, bem como pagamento de serviços de terceiros, desde que sejam utilizados em ações de defesa civil;
- Matéria de construção, móveis, roupas de cama, agasalho e alimentação, destinado aos efetivos em serviços, às vítimas de desastres, e na manutenção da reserva técnica dos itens citados;
- Serviços de terceiros, tais como terraplanagem, aterros, construção de casas e outros serviços emergenciais;
- Locação, manutenção e ou recuperação de abrigos coletivos, destinados ao acolhimento de flagelados;
- Medicamentos e outros meios que permitam dar amparo a doentes atingidos pela ocorrência de desastres;
- Colchões, cobertores e roupas de cama, para reserva técnica, com o fim de socorrer a população atingida por desastres;
- Transporte, diárias e ou ajuda de custo para o pessoal em serviço; e
- Todas as atividades envolvendo ações de defesa civil, aqui não especificadas, mas que devido as suas características, sejam reconhecidas como tal;

**II – Estado de necessidade** – caracteriza-se pela ocorrência de desastre, cujo alcance operacional e o patamar de despesas habilitam o reconhecimento legal de anormalidade, porém, que não ultrapasse os limites da competência do Município, dispensando a necessidade da decretação dos estágios extremos, deixando de pleitear cobertura do Estado e ou da União.

**III – Situação de Emergência** – caracterizada por desastre de intensidade, que habilita o Poder Público reconhecer como situação anormal, provocada por desastre, que tenha causado sérios danos, inclusive financeiro, na comunidade afetada, carecendo da intervenção financeira do Poder Público Municipal; e

IV – Estado de Calamidade Pública – caracteriza-se por desastre de intensidade que habilita o poder público reconhecer como de situação anormal por haver causado sérios danos a comunidade afetada, inclusive a incolumidade e a vida de seus integrantes, cuja cobertura pelo Poder Público será de acordo com a legislação pertinente.

**Parágrafo único** – As ações disciplinadas no inciso I, alíneas de “a” a “k” são compreendidas por ações e serviços público de atendimento, prevenção, socorro, assistência e recuperação com amparo da cobertura do FUMDEC, bem como da verba de contingência, conforme a legislação pertinente.

**Art. 15º** - O FUMDEC estará sediado no pédio onde funcione a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Conde-PB.

**Art. 16º** - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir de sua publicação.

**Art. 17º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA  
Prefeita Constitucional

Lei nº 746/2013

Em, 09 de maio de 2013.

**DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI  
Nº 699/2012 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS**

A Prefeita Municipal de Conde, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Conde, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica revogada a Lei nº 699/2012, de 24 de Julho de 2012;

**Art. 2º** - Revogam as disposições em contrário;

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário;

  
TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA  
Prefeita Constitucional

Lei nº 747/2013

Em, 09 de maio de 2013.

**DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE  
ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Prefeita Municipal de Conde, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Conde, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica denominada de ESCOLA MUNICIPAL GENI RUFINO DOS SANTOS (DONA NININHA), a Escola Municipal localizada no conjunto Ademário Régis, no Distrito de Jacumã, Conde-PB.

**Art. 2º** - Revogam-se as disposições em contrário;

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário;

  
TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA  
Prefeita Constitucional

Lei nº 748/2013

Em, 09 de maio de 2013.

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A  
ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS DE  
TÁXIS E TRANSPORTE DE TURISMO,  
COM SEDE NESSE MUNICÍPIO.**

A Câmara Municipal aprova e eu sanciono a presente Lei:

**Art. 1º** - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Motoristas de Táxi e Transporte de Turismo, com sede nesse Município.

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA  
Prefeita Constitucional

PORTARIA N.º 013-E/2013

CONDE-PB, 09 DE MAIO DE 2013.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA  
PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

**EXONERAR**, a pedido, **MARIA CLEIDE SOARES DE SOUSA**, do cargo de **ORIENTADORA EDUCACIONAL**, com lotação fixada na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** de conformidade com despacho constante do Processo nº 207/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
Tatiana Lundgren Correa de Oliveira  
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 015A-E/2013

CONDE-PB, 02 DE MAIO DE 2013.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA  
PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

**EXONERAR**, JANSELICE MIRANDA LEMOS, do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, com lotação fixada na **SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL** de conformidade com despacho constante do Processo nº 077/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
Tatiana Lundgren Correa de Oliveira  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 342 - A/2013.

CONDE-PB, 04 DE MARÇO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e IV da lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

**DESIGNAR** como **PREGOEIRO**, de acordo com o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, o servidor **ROOSEVELT ARAÚJO DE OLIVEIRA** e como **EQUIPE DE APOIO**, as servidoras **ANDRÉIA VIEIRA DA SILVA**, **MÉRCIA RODRIGUES DE SOUSA** e **CLEÓPATRA RIBEIRO DA SILVA**.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 343 - A/2013.

CONDE-PB, 04 DE MARÇO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e IV da lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

**DESIGNAR** como **PREGOEIRA**, de acordo com o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, a servidora **CLEÓPATRA RIBEIRO DA SILVA** e como **EQUIPE DE APOIO**, os servidores **ANDRÉIA VIEIRA DA SILVA**, **MÉRCIA RODRIGUES DE SOUSA** e **ROOSEVELT ARAÚJO DE OLIVEIRA**.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 344 - A/2013.

CONDE-PB, 04 DE MARÇO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e IV da lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

**DESIGNAR** como **PREGOEIRA**, de acordo com o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, a servidora **ANDRÉIA VIEIRA DA SILVA** e como **EQUIPE DE APOIO**, os servidores **MÉRCIA RODRIGUES DE SOUSA**, **CLEÓPATRA RIBEIRO DA SILVA** e **ROOSEVELT ARAÚJO DE OLIVEIRA**.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA  
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 0381/2013

CONDE-PB, 07 de Maio de 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso I e VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Conceder licença prêmio à servidora **MIRIAN DA SILVA FERREIRA**, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** com lotação na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, de conformidade com o parecer constante do Processo Administrativo nº 090/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
Tatiana Lundgren Correa de Oliveira  
Prefeita Municipal

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 005/2013.

  
Câmara Municipal de Conde  
Sanderson Duarte Gomes  
1º Secretário

**DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONDE, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Inciso XVI, Artigo 12 da Lei Orgânica do Município,

Faz saber que o Plenário aprovou e Ela promulga, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. – Passa a ser denominada de RUA PROFESSORA MARIA DO SOCORRO COSTA GOMES RODRIGUES a área que compreende a Estrada Presa Velha localizada nos seguintes parâmetros; o lote de terreno nº 28 da Quadra 1, do Loteamento Planalto de Nossa Senhora da Conceição, com o lote de terreno nº 38 da Quadra 59, com o lote de terreno nº 37 da Quadra 4B e o lote de terreno nº 38 da Quadra 3B do Loteamento Nossa Senhora das Neves I, neste município.

Art. 2º. – Caberá a Prefeitura Municipal de Conde, através da Secretaria de Obras e Secretaria de Urbanismo, fazer a identificação da Avenida de que trata o artigo anterior, objeto deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário

  
Câmara Municipal de Conde  
Sanderson Duarte Gomes  
1º Secretário

Paço da Câmara Municipal de Conde, em 22 de abril de 2013.

DENYS PONTES DE OLIVEIRA  
- Presidente -

SANDERSON DUARTE GOMES  
- 1º Secretário -

JOSÉ MUNIZ DE LIMA  
- 2º Secretário -

EMERSON ENEAS DA SILVA  
- 3º Secretário -

  
Câmara Municipal de Conde  
Sanderson Duarte Gomes  
1º Secretário



DECRETO LEGISLATIVO Nº. 006/2013.

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONDE**

Casa Comendador Cícero Leite

APROVADO EM DISCUSSÃO NA  
SESSÃO DE 29.04.2013**DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE  
RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONDE, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Inciso XVI, Artigo 12 da Lei Orgânica do Município,

Faz saber que o Plenário aprovou e Ela promulga, o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º.** – Passa a ser denominada de RUA SUENIA PATRÍCIA BEZERRA WANDERLEY a área que compreende o lote de terreno nº 28 da Quadra 1, com o lote de terreno nº 20 da Quadra 2, com o lote de terreno nº 16 da Quadra 23 e lote de terreno nº 1 da Quadra 24 do Loteamento Planalto Nossa Senhora da Conceição, neste município, área esta apontada no mapa como Rua A.

**Art. 2º.** – Caberá a Prefeitura Municipal de Conde, através da Secretaria de Obras e Secretaria de Urbanismo, fazer a identificação da Avenida de que trata o artigo anterior, objeto deste Decreto Legislativo.

**Art. 3º.** – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** – Revogam-se as disposições em contrário

Paço da Câmara Municipal de Conde, em 16 de abril de 2013.

**DENYS PONTES DE OLIVEIRA**  
- Presidente -

**SANDERSON DUARTE GOMES**  
- 1º Secretário -

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONDE**  
Casa Comendador Cícero Leite  
APROVADO EM DISCUSSÃO NA  
SESSÃO DE 29.04.2013

**JOSE MUNIZ DE LIMA**  
- 2º Secretário -

**EMERSON ENÉAS DA SILVA**  
- 3º Secretário -

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/2013**

**EMENTA:**  
**MODIFICA O TEXTO DO ART. 34 E CRIA O**  
**ARTIGO 42-A NO TEXTO DA RESOLUÇÃO N.º**  
**006/2006 – REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CONDE – PB E DÁ OUTRAS**  
**PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONDE – PB, nos termos do art. 19, IV, item IV, da Lei Orgânica Municipal de Conde – PB, PROMULGA a seguinte RESOLUÇÃO:

**RESOLVE:**

**Art.1º** O art. 34 da Resolução n.º 006/2006 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Conde – Paraíba) passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 34** - As Comissões Permanentes da Câmara são as seguintes:  
I – Comissão de Constituição, Justiça e Redação;  
II – Comissão de Finanças e Orçamento;  
III – Comissão de Obras e Administração Pública;  
IV – Comissão de Políticas Públicas;  
V – Comissão de Cidadania e Direitos Humanos;  
VI – Comissão de Constituição Participativa;  
VII – Comissão de Ética.  
VIII – Comissão de Turismo, Educação e Desporto”

**Art.2** Fica criado o Art. 42-A no texto da Resolução n.º 006/2006 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Conde – Paraíba), que terá a seguinte redação:

**“Art.42-A** – Compete à Comissão de Turismo, Educação e Desporto  
I – Emitir parecer sobre:  
a) Assuntos atinentes a educação em geral. Política e sistema educacional em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais; direito da educação e recursos humanos e financeiros para a educação;

b) Sistema desportivo municipal e sua organização, política municipal de educação física e desportiva e normas gerais sobre desporto;  
c) Sistema municipal de turismo e atividades correlacionadas;

**II - Fiscalizar:**

a) Política e sistema municipal de turismo assim como as atividades de exploração dos serviços turísticos;  
b) Sistema desportivo municipal e sua organização; política e plano municipal de educação física e desportiva;  
c) Políticas do sistema de educação municipal;

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Conde, 11 de março de 2013.

**DENYS PONTES DE OLIVEIRA**  
Presidente da Câmara Municipal de Conde